

Retomada cobrança por verba do SUS

O Ministério da Saúde planeja fazer correções todo mês de dezembro, mas o Estado e hospitais relatam urgências a serem atendidas

ANDERSON FIRMINO

Um pleiteio antigo de quem lida com gestão na área de saúde volta ao centro das discussões: a correção da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). Em solenidade na Câmara dos Deputados em homenagem ao Dia Nacional das Santas Casas de Misericórdia, no último dia 15, a ministra da Saúde, Nisia Trindade, citou o Projeto de Lei 1.435/22, que prevê a revisão periódica, em dezembro, da tabela para remuneração de serviços prestados ao SUS. A possibilidade de alteração em um sistema que perdura há anos aos secretários de saúde, gestores hospitalares e deputados federais.

“É inadmissível achar que uma tabela que deixou de ser reajustada há 18 anos inviabilize o atendimento da população. Os hospitais, quanto mais atendem, mais têm prejuízo. O Estado de São Paulo está fazendo uma gestão, junto ao Governo Federal, para que ocorra um encaminhamento no sentido de revisão dos valores. E, se o Governo Federal não fizer, o Estado fará”, afirma o secretário estadual de Saúde, Eleuses Paiva.

A expectativa é de que amanhã, durante evento no Palácio dos Bandeirantes, por ocasião dos 60 anos da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), o Governo do Estado anuncie a criação de uma espécie de “tabela SUS paulista”.



Faz 18 anos que a tabela do Sistema Único de Saúde foi reajustada pela última vez, segundo o secretário...

“O Governo Federal chegou a financiar 72% do SUS. Hoje, não chega a 40%. O Estado também vem mantendo seus repasses há anos. Com isso, os municípios dependem, cada vez mais, das verbas locais para custear a saúde. Hoje, muitos municípios do Estado aplicam mais de 30%, em alguns casos 35%, do seu orçamento na saúde”, comenta o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde do Estado de São Paulo (Cosems-SP), Geraldo Reple Sobrinho. Para ele, a necessidade de se fazer um reajuste nos repasses é urgente.

“Caso contrário, as contas de muitos municípios irão colapsar, e o Sistema Único de Saúde poderá ruir. O conselho tem, insistentemente, lutado para melhorar os repasses junto aos governos Federal e Estadual”, afirma.

RECURSOS PRÓPRIOS

Prefeito de Santos e ex-presidente do Conselho de Desenvolvimento da Baixada Santista (Condesb), Rogério Santos (PSDB) também defendeu a necessidade da atualização da tabela do SUS. “Há 15 anos, de todo o custeio da saúde, 60% vêm do Governo Federal e 40%, do Município. Hoje, 60% ficam por conta do Município, e só 40% vêm do SUS. É importante essa repactuação, por meio da tabela, para que a gente possa atender mais ainda as pessoas”, considera.

A Administração Municipal ressalta que a defasagem da tabela SUS dificulta a contratação de serviços, devido ao valor pago para os procedimentos, pois a Prefeitura investe recursos próprios na saúde. Exemplos são as cirurgias vasculares e o centro de endometriose, fomentados pela Prefeitura de Santos no Complexo Hospitalar dos Estivadores e que são custeados com recursos financeiros municipais e federais.

“Independentemente de quem custeie a saúde, é um direito garantido a todos perante a Constituição. Mas uma ampla revisão dos valores é muito importante para um melhor equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de serviços dos prestadores do SUS”, afirma o secretário de Saúde de Santos, Adriano Catapreta.



... estadual de Saúde, Eleuses Paiva. Ele cogita completar a diferença

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal A Tribuna - Santos/SP

Seção: Cidades Caderno: A Pagina: 3